

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

| Fonte:_ | O Liberal | Class.: |
|---------|-----------|---------|
| Data: _ | 01/08/80 | Pg.: |

Acordo dá aos índios área terra no Monte Pascoal

em benefício das comunidades indigenas, foram assinados na manhã de ontem, em soauditório do Ministério do Interior, na Esplanada dos Ministérios.

O primeiro foi o acordo celebrado entre a Funai e o IBDF, assegurando a posse permanente à comunidade indigena Pataxó - Barra Velha de uma área de 8 mil hectares em terras do Monte Pascoal, no município de Porto Seguro na Bahia, assinado por João Carlos Nobre da Veiga, presidente da Funai, e por Mauro da Silva Reis, presidente do IBDF.

Segundo foi o ajuste celebrado entre a Funai e a Comissão Executiva do Plano Lavoura Cacaueira - Ceplac, representadas por João Carlos da Veiga e José Haroldo Castro Vieira, respectivamente objetivando a elaboração e execução de programas agrículas nas áreas indigenas do sul do Estado da Bahia, sem qualquer prejuizo aos direitos inalienáveis dos indios ao uso de suas terras e usufruto de suas riquezas naturais.

No Estado da Bahia, onde existem três postos indigenas da Funai, o cadastramento oficial revela uma população de 3.819 indigenas, assim distribuidos:

Posto indigena Rodelas - 542 indios, assistidos por seus funcionários da Funai e contando com uma sede do posto; posto indigena Pataxo - 8181 indios assistidos por 11 funcionários da Funai e contando com uma sede, uma escola e uma enfermaria (estimativa atual da conta da assistência de 1.700 Pataxó na região) e., posto indigena Kariri - 2.469 indios, assistidos por 14 funcionários da Funai e contando com uma sede, 5 escolas e 2 enfermarias.

O ajuste celebrado entre a Funai e a Ceplac leva em consideração a conveniência. e a importância da implantação de projetos de exploração agricola nas terras indigenas do pais, objetivando a ocupação econômica das comunidades indigenas e a obtenção de renda própria pelos aborigenes nacionais, de acordo com o Estatuto do Indio e as diretrizes da política indigenista do governo, e propõe-se a unir esforços e recursos humanos e materiais, com vistas à implantação de projetos agrícolas nas áreas indigenas do sul do Estado da Bahia.

Prevê o ajuste a constituição de um grupo de trabalho, com a participação da

BRASÍLIA - Dois importantes atos Funai e da Ceplac, para promover os estudos de levatamentos necessários à implantação desse projetos. Esses estudos serão dirigidos lenidade presidida pelos ministro Mário no sentido de proporcionar a ocupação efe-Andreazza e Amaury Stabile, realizada no tiva, pelos indios, de suas terras, preservando-lhes os limites, súas aspirações, usos, costumes e tradições.

> O grupo de trabalho fará estudo detalhado do solo para indicação dos cultivos a serem orientados, observadas a preservação da fauna e da flora e do quilibrio ecológico das terras indigenas. A Funai e a Ceplac, por sua vez, desenvolverão o seu trabalho junto das comunidades indigenas, motivando-as a uma participação efetiva nos programas estabelecidos e ministrando-lhes cursos e ensinamentos sobre os cultivos que forem definidos.

> O ajuste firmado tem o seu prazo de duração fixado em dois anos e após a conclusão dos estudos, tomando por base as suas conclusões será elaborado o programa de trabalho a ser desenvolvido.

> YANOMAMI - O ministro Mário Andreazza, afirmou hoje que os estudos para estabelecer uma solução garantindo as terras dos 9.000 indios Yanomami serão concluidos ainda este ano. Andreazza comentou ainda que o decreto para criação do Parque Yanomami poderā ficar pronto também neste ano.

O titular do interior revelou sua intenção de visitar em breve a área dos Yanomami, que vivem em Roraima na fronteira comª a Venezuela. Andreazza reafirmou sua posição quanto à questão indigena no país dizendo: "tenho o maior empenho em dar às populações indigenas a segurança que elas merecem".

A área inicial proposta pela comissão de criação do parque foi de 6 milhões de hectares de terra. O presidente da Fundacão Nacional do Indio, coronel João Carlos Nobre da Veiga, comentou que o parque deverá ter entre 6 e 8 milhões de hectares.

Na secretaria especial do meio ambiente Paulo Nogueira Neto disse que lhe foi oferecida uma área limítrofe ao parque para a criação de uma reserva ecológica, Segundo o secretário, a Sema não recusou a área e Nogueire comentou que o parque ecológico conteria possíveis invasores das terras indigenas. Há também um projeto para a criação de uma reserva florestal nas proximidades dos Yanomami, mas segundo Nogueira Neto, "ainda não há nada definido".